



FÓRUM NACIONAL  
PELA REDUÇÃO DA  
DESIGUALDADE  
SOCIAL

Aos Partidos Políticos no Congresso Nacional, ao Governo Federal e à Direção do Banco Central do Brasil

Deliberações do Seminário:

## **“Até Quando? Estrutura Tributária Regressiva + R\$ 1 trilhão para os Juros da Dívida Pública!”**

Realizado na Câmara dos Deputados (Auditório Freitas Nobre) em 21/05/2025  
(Assista a íntegra em <https://www.youtube.com/watch?v=qg2tO9jORPs> )

### **O mercado financeiro não pode se sobrepôr à nação brasileira! Os mais ricos não podem continuar isentos de pagar impostos!**

O Brasil padece há anos de dois graves problemas: uma carga tributária absurdamente regressiva (ou seja, os que têm baixos rendimentos pagam relativamente mais tributos do que os que têm rendimentos elevados) e gastos excessivos com o pagamento de juros da dívida pública. Tais problemas, além de travarem um maior crescimento da economia brasileira, concorrem de forma acentuada para concentrar ainda mais a renda e a riqueza nas mãos de um reduzido grupo de privilegiados.

O Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social no Brasil e suas organizações constitutivas vêm apelar para que o Congresso Nacional, o Governo Federal e o Banco Central do Brasil, em prol do pleno desenvolvimento econômico e social do País, tomem as medidas necessárias para superar, de uma vez por todas, essas duas barreiras.

Para superarmos as injustiças tributárias, defendemos medidas como: a instituição da tributação sobre lucros e dividendos da pessoa física (sendo que já existem projetos de lei que caminham nessa direção, como os PLs 1.087/2025 e 1.981/2019); atualizar e tornar mais progressiva a tabela de cobrança de Imposto de Renda na fonte (PLs 1.087/2025 e 3.089/2008) e instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas (há vários anos já se encontra pronto para a pauta no Plenário da Câmara o PLP 277/2008).

Para superarmos o problema dos juros da dívida pública, defendemos medidas como: auditoria da Dívida Pública com participação social (por Comissão Mista do Congresso Nacional, conforme artigo 26 do ADCT, ou via Decreto Presidencial); forte redução nas taxas de juros, com a revogação da “autonomia” do Banco Central e dos Decretos Presidenciais 12.079/2024 e 3.088/1999, que dispõem sobre o regime de “metas de inflação”); impulsionamento da Frente Parlamentar sobre o Limite de Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular (aprovação do PLP 104/2022); revogação da Lei Complementar 200/2023 (arcabouço fiscal); controles sobre os fluxos de capitais especulativos.

Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social no Brasil